
CARTA PÚBLICA AO CONGRESSO NACIONAL EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL

ABRIL DE 2021

RSF REPÓRTERES
SEM FRONTEIRAS



ABR  JI



FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS



intervozes
coletivo brasil de comunicação social

Às Suas Excelências

Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados

Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal

O trabalho de jornalistas e veículos da imprensa é fundamental para a garantia do acesso à informação e para o funcionamento de sociedades democráticas. Assim, em um país democrático, espera-se que as diversas autoridades e instituições públicas atuem para garantir um ambiente seguro para a imprensa, além de fortalecer mecanismos de transparência e acesso à informação.

O Brasil vive um cenário preocupante de crescentes ameaças à liberdade de imprensa. Dificuldade de acesso a dados públicos, censura judicial, remoção de conteúdo, ameaças e agressões físicas, campanhas difamatórias e assédio online são elementos que compõem o cenário. Some-se a isso a impunidade em crimes cometidos contra jornalistas.

Apesar dos compromissos assumidos internacionalmente e das garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988, o Brasil tem falhado em proteger a liberdade de imprensa e apresenta riscos de retrocessos em relação a direitos conquistados.

De acordo com a [UNESCO](#), 956 jornalistas foram mortos no mundo em razão da sua atividade de informar entre 2010 e 2020. No Brasil, foram 43, incluindo os assassinatos dos radialistas Jefferson Pureza (GO) e Jairo de Sousa (PA), ocorridos em 2018 e ainda sem solução. O país aparece entre as dez nações do mundo com o maior número de jornalistas executados nesse período, junto com Síria, Iraque, Afeganistão, Filipinas e México¹.

Segundo [levantamento](#) da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2020 registraram-se 428 ataques a jornalistas e à imprensa, 105,77% a mais do que em 2019. A descriminalização da imprensa foi a violência mais frequente: 152 casos (35,51%). O presidente Jair Bolsonaro, sozinho, foi o maior agressor com 175 casos (40,89% do total)².

A lentidão ou falta de investigação nos homicídios de jornalistas alimenta o ciclo de violência contra a imprensa. No Brasil, a impunidade é a regra. Em 2020, o Brasil ocupava a oitava posição no [Índice Global de Impunidade](#) de homicídios de jornalistas, segundo dados do Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), uma piora em relação ao ano de 2019, em que ocupava a nona posição³.

No [relatório](#) “Violência contra comunicadores no Brasil: um retrato da apuração nos últimos 20 anos”, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu que a inação por parte do poder público nessa questão “*pode gerar a responsabilização internacional do Estado brasileiro, pela violação de compromissos internacionais voltados à proteção dos Direitos Humanos*”⁴. De acordo com [esses compromissos](#)⁵, o Brasil tem a obrigação de prevenir, proteger e garantir o acesso à justiça de jornalistas vítimas de violência.

¹ Observatório da Unesco sobre jornalistas assassinados. Disponível em: https://en.unesco.org/themes/safety-journalists/observatory?field_journalists_date_killed_value%5Bmin%5D%5Byear%5D=2010&field_journalists_date_killed_value%5Bmax%5D%5Byear%5D=2020&field_journalists_gender_value_i18n=All&field_journalists_nationality_tid_i18n=All&field_journalists_local_value_i18n=All&field_journalists_status_value_i18n=All&field_journalists_type_of_media_tid_i18n=All&field_journalists_judicial_tid=All&field_unesco_region_value_i18n=All

² Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020. FENAJ. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf

³ Índice Global de Impunidade do Comitê para Proteção de Jornalistas. Disponível em: <https://cpj.org/reports/2020/10/global-impunity-index-journalist-murders/>

⁴ Violência contra comunicadores no Brasil: um retrato da apuração nos últimos 20 anos. Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/244-relatorios/12109-violencia-contracomunicadores-no-brasil-um-retrato-da-apuracao-nos-ultimos-20-anos>

⁵ Mais informações sobre os compromissos internacionais do Brasil disponíveis em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf

O Ministério de Direitos Humanos lembrou esses compromissos em 2020, quando reeditou a [Cartilha Aristeu Guida da Silva](#), uma publicação do governo que mapeia as normas internacionais e as obrigações do Estado Brasileiro sobre liberdade de expressão e os direitos de jornalistas e comunicadores. O documento afirma, por exemplo, que: “os agentes do Estado não devem adotar discursos públicos que exponham jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras a maior risco de violência ou aumentem sua vulnerabilidade”. Ou ainda que: “é essencial que autoridades estatais reconheçam constante, explícita e publicamente a legitimidade e o valor do jornalismo e da comunicação, mesmo em situações em que a informação divulgada possa ser crítica ou inconveniente aos interesses do governo” ⁶.

A postura abertamente hostil ao trabalho da imprensa adotada por autoridades, em especial federais, viola sistematicamente esses compromissos e contribui para a impunidade. A Repórteres sem Fronteiras (RSF) listou ao menos [580 episódios](#) de ataques à imprensa em declarações oficiais do alto escalão do poder público, entre ministros, parlamentares e o próprio presidente da República, apenas no ano de 2020 ⁷.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) realizou duas audiências públicas sobre a situação da liberdade de expressão no país, nos dias [6 de março](#) e [6 de outubro](#) de 2020, a pedido de organizações da sociedade civil brasileira. Na ocasião da primeira audiência, o Relator Especial para a Liberdade de Expressão da OEA pediu explicações aos representantes do governo presentes, sobre a retórica anti-imprensa adotada por autoridades no país ⁸. “Nenhuma política de proteção à liberdade de expressão pode ser consolidada sem haver política de prevenção.

E prevenir ataques à liberdade de expressão inclui promover e valorizar o trabalho jornalístico. O que o governo tem feito é apostar numa retórica anti-imprensa. Não há política efetiva se propaga-se, de forma sistemática, que tudo que a imprensa faz é fake news e mentira” ⁹.

O artigo 220 da Constituição Federal garante a liberdade de expressão e de informação, veda expressamente a censura e, em seu parágrafo 1º, afirma que “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística”. Já o artigo 5, inciso IX, garante a “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, e o inciso XIV diz que é “assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Dezenas de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional poderiam, se aprovados como estão, impactar negativamente a liberdade de imprensa ou restringir o trabalho de jornalistas no país. São projetos de lei que versam sobre desinformação, privacidade, proteção de dados, ambiente digital, entre outros.

⁶ Cartilha Aristeu Guida da Silva: Proteção dos direitos humanos de jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/marco/mmfdh-apresenta-cartilha-governamental-sobre-a-protecao-de-jornalistas-e-outros-comunicadores-e-comunicadoras/cartilha-aristeu-guida-da-silva-mmfdh.pdf>

⁷ Um ano sombrio para a liberdade de imprensa no Brasil: 580 ataques contra mídia em 2020. Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em:

<https://rsf.org/pt/relacoes/um-ano-sombrio-para-liberdade-de-imprensa-no-brasil-580-ataques-contramidia-em-2020>

⁸ Notícia sobre a audiência temática realizada em 06 de março de 2020 disponível em:

<https://rsf.org/pt/noticia/brasil-governo-foge-de-perguntas-e-comissao-interamericana-de-direitos-hum-anos-critica-ataques-de>

⁹ As audiências realizadas pela CIDH estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/user/ComisionIDH/videos>

Considerando esse contexto e o papel fundamental do Congresso Nacional para a vida democrática no país, seja na elaboração de leis, seja na fiscalização do Poder Executivo, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ), a Repórteres sem Fronteiras (RSF), o Instituto Vladimir Herzog, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), e as organizações Artigo 19, Conectas e Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social pedem aos presidentes das casas legislativas que se comprometam a:

- Garantir que todos os projetos de lei que tenham impacto sobre o acesso à informação, o trabalho jornalístico e a liberdade de imprensa sejam amplamente debatidos com a sociedade civil, organizações de liberdade de imprensa, jornalistas e especialistas nos respectivos temas;
- Garantir a posse dos/das conselheiros/as do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e o seu pleno funcionamento, ainda que de forma remota, para que os projetos de lei que tratam dos temas da comunicação sejam apreciados pelo referido Conselho, antes de serem submetidos à votação final;
- Garantir a lisura dos procedimentos legislativos internos na apreciação de projetos de lei, bem como a transparência e a devida divulgação das informações em tempo adequado para a garantia de análise técnica e debate externo com a sociedade;
- Garantir que qualquer projeto de lei aprovado estará alinhado com os compromissos assumidos pelo Brasil internacionalmente em relação ao direito de acesso à informação e à liberdade de imprensa;
- Garantir que qualquer projeto de lei aprovado estará alinhado com as garantias constitucionais que vedam a censura e protegem a liberdade de imprensa e o direito à informação, respeitará as normas internacionais e será um instrumento de fortalecimento da democracia e dos direitos humanos;
- Adotar um discurso público que contribua para prevenir a violência contra comunicadores e para a construção de um ambiente favorável para o livre exercício do jornalismo e da liberdade de expressão;
- Condenar de forma pública, inequívoca e sistemática qualquer forma de violência contra comunicadores e encorajar as autoridades competentes a agir com a devida diligência e rapidez na investigação dos fatos e na punição dos responsáveis.

Assinam esta carta as seguintes organizações:

RSF REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS



ABRAJI



FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

